

ONCOLOGIA PEDIÁTRICA E PROTEÇÃO SOCIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO "TERCEIRO SETOR" NO TRATAMENTO ONCOLÓGICO

DISCENTE: BÁRBARA PINHEIRO

ORIENTADORA : LUCIANA ALCANTARA

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA/INCA, RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL

OBJETIVO

O estudo é fruto da inserção enquanto residente de Serviço Social no Programa de Residência Multiprofissional em Oncologia do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), cujo objetivo foi a problematização da participação do "terceiro setor" no âmbito da Oncologia Pediátrica do INCA.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo qualitativo, com coleta de dados em campo, através de entrevistas estruturadas com a médica responsável pela chefia da Oncologia Pediátrica do INCA, bem como com gestores de instituições de "terceiro setor" que atuam com Oncologia Pediátrica, exclusivamente ou não, e que possuem parceria com o INCA ou que, em algum momento, atendam, mesmo que sem parceria formal, pacientes do hospital. As entrevistas foram realizadas entre agosto e novembro de 2018 e foram aplicados questionários adaptados ao perfis das instituições. Os dados foram analisados com base no referencial teórico marxista e na técnica de análise de dados da hermenêutica-dialética.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Verificou-se a atuação das instituições de "terceiro setor" em diversos espaços estratégicos e/ou desafiadores para a Oncologia Pediátrica, desde a oferta de suporte social, como fomento a projetos de pesquisa e assistência, ao desenvolvimento de ações voltadas ao diagnóstico precoce, entre outros. A análise da influência do "terceiro setor" encontra-se inserida no marco dos principais debates no campo político-social e, mais particularmente, do Serviço Social, tendo em vista a perspectiva ético-política norteadora da profissão. As formas de proteção social brasileira tiveram vários formatos ao longo da história, chegando ao que conhecemos hoje. As disputas de projetos sociais de classe representam até hoje ameaças e ataques constantes ao modelo de saúde pública e demais formas de intervenção do estado na garantia da proteção social.

O câncer infantojuvenil consiste em um conjunto de doenças (tumores) com características próprias do ponto de vista histológico e de comportamento clínico. Segundo a estimativa do INCA (2018), são esperados 12500 novos casos de câncer infanto-juvenil (na faixa etária de 0 a 19 anos) para cada ano no biênio 2018/2019, o que representa 3% dos casos de câncer no Brasil. Quando tratamos da mortalidade por este tipo de neoplasia, o cenário se diversifica ao longo do tempo e conforme as características socioeconômicas dos países. O tratamento oncológico tem suas particularidades e exige diversos recursos e condições que se ampliam quando falamos de crianças e adolescentes. O acesso às unidades de tratamento representa outro desafio ao cenário da Oncologia Pediátrica no país. Verificamos poucas políticas públicas e sociais voltadas para atender estas necessidades do paciente em tratamento oncológico. Por outro lado, no caso da Oncologia Pediátrica, compreende-se um expressivo interesse manifestado pelas instituições de "terceiro setor" atrelado, entre outros fatores, ao grande apelo e comoção social que envolve o câncer infantil. Podemos perceber, por fim, que, apesar das diferenças, as instituições que prestam serviço ao público apontam repercussões da crise econômica na capacidade de oferta de serviços, significando que, mesmo nos moldes apresentados, a capacidade de resposta às expressões da "questão social" se encontram cada vez mais reduzidas e condicionadas à dinâmica do desenvolvimento capitalista.

CONCLUSÃO

As instituições pesquisadas não apresentam um padrão homogêneo, e sim perfis diferenciados, no que diz respeito à história, objetivos, trajetórias e desafios, que não deixam de se relacionar com os demais aspectos econômicos, políticos e sociais em que estão inseridas. As instituições relatam não contar com incentivo público para o funcionamento, mas podemos identificar a existência de legislações e estruturas que oferecem benefícios e facilidades às parcerias com o setor público. As formas de captação de recursos são variadas e as dificuldades e facilidades variam de acordo com as entidades. No que diz respeito ao fazer profissional do assistente social, muitos desafios e questões se apresentam. Este trabalho priorizou a discussão e a problematização da questão, sem esgotar o debate em torno da temática, que carece de aprofundamento e pesquisas futuras. Partimos da compreensão da necessidade de rompimento com a naturalização que envolve a atuação do "terceiro setor" na Oncologia Pediátrica e ressaltamos a importância do fortalecimento do papel do Estado, como ente responsável pela universalização dos serviços e das políticas.

Projeto Gráfico: Área de Edição e Produção de Materiais Técnico-Científicos / INCA